

**Psiquiatria e Imprensa:
tensões e cumplicidades no Rio de Janeiro da Primeira República**

ALLISTER ANDREW TEIXEIRA DIAS *¹

As complexas relações entre o discurso psiquiátrico - seja na sua face político-assistencial ou na sua face prático-clínica - e a imprensa leiga de grande circulação quase sempre são tangenciadas em trabalhos que se debruçaram sobre dimensões sócio-culturais deste campo de saber médico (ENGEL, 2001; HARRIS, 1993; DARMON, 1991; CARRARA, 1998; WADI, 2009). O mesmo ocorreu no meu trabalho de dissertação de mestrado, que objetivou investigar alguns discursos e práticas psiquiátricas e criminológicas acerca da relação assassinato e loucura no Rio de Janeiro do início do século. Esta relação psiquiatria-imprensa atravessou boa parte do trabalho, e não pôde ser objeto de reflexão detida. Por isso, pretendo neste trabalho desenvolver este ponto que passou transversalmente pela dissertação. Primeiramente, analisaremos as relações da imprensa carioca com o Hospício Nacional de Alienados e seus representantes; relações que passaram por muitos momentos críticos e de tensão entre estas instâncias sociais. Em seguida, reflete-se sobre esta relação imprensa-psiquiatria em casos de crimes ocorridos no Rio de Janeiro no período da Primeira república, demarcando cumplicidades e afastamentos.

A imprensa carioca e o Hospício Nacional de Alienados

Desde sua inauguração, no início do Segundo Reinado (1852), o Hospício de Pedro II passou a ser alvo de interesse da imprensa da cidade do Rio de Janeiro. O jornal “Marmota Fluminense” noticiou a instituição como “um grande triunfo das idéias filantrópicas”, expressão do “progresso” e “civilização” que o Brasil seguiria a partir do Segundo Reinado (*apud* ENGEL, 2001: 201-202). O Hospício foi caracterizado como muito belo, amplo e totalmente apto a “mudar a sorte desses infelizes” (*idem*). Nisso, o discurso da imprensa se aproximava muito do dos administradores, médicos e políticos que pleiteavam a criação da instituição

* Fundação Oswaldo Cruz. Mestre em História das Ciências. Bolsista Capes.

O novo governo republicano traria consigo, em parte, “vitórias” para o alienismo, em termos de alcance político e social, com a desvinculação do agora Hospício Nacional de Alienados da Santa Casa de Misericórdia, tornando-se um “estabelecimento público independente”, e a criação da Assistência Médico-Legal aos Alienados, no mesmo ano. Entretanto, a imprensa passou a ser mais crítica com relação à instituição. Entre fins de 1901 e início de 1903 vai configurar-se uma situação de crise, conflito e tensão dentro da instituição, e de seus atores com atores externos, que possibilitará algumas transformações no rumo do Hospício. E a publicização desta situação será capitaneada por dois dos principais jornais da cidade no período: o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*².

Segundo a historiadora da imprensa brasileira Marialva Barbosa, estes dois jornais tinham características bem distintas e, em certa medida, disputavam segmentos de leitores diferentes (BARBOSA, 2007: 27-30). A *Gazeta* estava entre os jornais mais importantes da cidade nas duas primeiras décadas do século. Seus periodistas buscavam, segundo Nelson Werneck Sodré (SODRÉ, 1999), atingir o segmento popular, prezando a informação em caráter literário. Este periódico inauguraria “uma nova forma de fazer jornal: jornal barato, popular, fácil de fazer” (BARBOSA, 2007: 29). Suas notícias eram dadas em narrativa folhetinesca. Muitos escritores “estimados” escreveriam nas suas páginas. Com muita prosperidade no período, era vendida em toda cidade. Já o *Jornal do Comércio* era um jornal caro, sustentado pelo poder público e “lido pelos homens de classe”, conservador em suas posições (BARBOSA, 2007: 44; SODRÉ, 1999: 283). Procurava utilizar uma linguagem “mais objetiva”, embora não deixando de lado o expediente descritivo folhetinesco (EL FAR, 2004).

Nos dias 24 e 25 de janeiro de 1902 o jornal *Gazeta de Notícias* publicou uma denúncia de desvio de dinheiro do H.N.A descrevendo detalhadamente o acontecido (GN, 24/01/1901 e 25/01/1901). O almoxarife da instituição foi preso no dia 24 e esta questão seria o pontapé inicial de questões mais graves. No dia 7 de fevereiro, o *Jornal do Comércio* reportou detalhadamente a visita do Ministro da Justiça e Negócios Interiores ao H.N.A (JC, 13/02/1902). Os dois jornais concordariam no seguinte aspecto: o H.N.A apresentava péssimas condições em todos os sentidos e a sua Direção – na época do médico generalista Pedro Dias Carneiro – era a culpada. A GN utilizou o

² Os jornais utilizados como fonte neste artigo são o “Jornal do Comércio” (JC), a “Gazeta de Notícias” (GN) e o “Correio da Manhã” (CM), o “A Noite” e o “O Paiz”.

fato para criticar o governo, por enxugar a verba da instituição (*GN*, 13/02/1902). Quanto a este aspecto o *J.C* se calou, já que era financiado pelo poder público

Alguns repórteres do *JC* visitaram também o Hospício poucos dias depois do Ministro e se indignariam com a “promiscuidade” entre pobres e ricos (*JC*, 02/02/1902). Não é por acaso que este aspecto tenha chamado atenção dos periodistas. A mistura de classes era algo inconcebível, em qualquer lugar ou circunstância, do ponto de vista da elite e da intelectualidade de Rio de Janeiro no período. Sidney Chalhoub, mostrou o quanto em fins do século XIX e início do século XX a “mescla promiscua” na cidade era temida pelas autoridades públicas. Pobres, escravos, negros libertos, imigrantes europeus, trabalhadores, subempregados e prostitutas se misturavam e, muitas vezes, cruzavam o caminho da “boa sociedade” (CHALHOUB, 1990; 2001). Dentro do Hospício, estes contatos promíscuos eram vistos como afrontas morais as hierarquias estabelecidas, para os jornalistas, membros da elite letrada da cidade, foi terrível ver pessoas de classe alta, ainda que consideradas “loucas”, entre pobres, no nível mais baixo da escala social. Isto requeria forte denuncia.

Constatariam, os dois jornais, que os funcionários da instituição, sob aval do seu Diretor, estavam encobrendo, falseando, a maior parte dos problemas. Uma instituição que tempos atrás era “motivo de orgulho”, agora produz remédios³ e alimentos de forma precária (*idem*). Para os publicistas da *Gazeta* e do *Jornal do Comércio*, o H.N.A deveria ser reformado “sob bases científicas”, sob a direção de um especialista, como era feito no exterior. Consideravam que o Brasil era atrasado em termos de assistência e deveria, portanto, se espelhar nos “países adiantados”, “civilizados”. Os dois jornais entendiam que faziam uma obra de caridade ao denunciar os problemas do H.N.A. O Estado, para eles, tinha o dever de interceder pela instituição. Interessante notar o quanto este discurso da imprensa se aproxima e fazem eco ao discurso de psiquiatras como Teixeira Brandão, Nina Rodrigues e Franco da Rocha

Porém, apesar deste consenso, os dois jornais discordavam também, dando lugar a uma “pequena divergência” (*GN*, 14/02/1902). O *JC* afirmava ter visto camisas-de-força no asilo, o que teria passado despercebido pelos jornalistas da *GN*. O *JC* também ressaltaria a precariedade dos sistemas de banhos e hidroterapia, não vista pelos colegas do outro jornal. Esta pequena querela, acerca de algo tão pontual, remete-nos ao terreno

³ A este respeito o *JC* publica um artigo exclusivo (*JC*, 17/02/1902).

de disputa pela melhor reportagem, a mais verdadeira, mais detalhada e justa com relação ao “interesse público”, muito comum (pelo menos no âmbito retórico) entre os jornais no início do século XX (BARBOSA, 2007).

Mas o que estes jornais não diziam e explicitavam nas suas páginas? As condições precárias do H.N.A poderiam realmente ser concretas, e a Comissão de Inquérito composta para verificar tal situação alguns meses depois, comprovaria tudo. Acreditamos que a figura de Teixeira Brandão, influente nos círculos intelectuais da cidade, angariava o apoio da imprensa para a causa da Assistência a Alienados na cidade, contra um Hospício dirigido por um médico generalista. Vale lembrar que Brandão vivia um momento de antagonismo com relação aos últimos diretores do H.N.A: Pedro Dias Carneiro e Antônio Dias de Barros, médicos não especialistas. Os jornais tomam a posição de Brandão, enfatizando a “competência” do especialista (*GN*, 14/02/1902) e a “ordem” que impera no Pavilhão de Observações, sob sua administração no momento (*JC*, 14/02/1902).

A *GN* diria que, caso fosse verdade que funcionários deram respostas falsas ao Ministro, “seria o caso de abrir um inquérito para apurar a responsabilidade dos delinquentes” (*GN*, 14/02/1902). Dito, e feito nove meses depois. O Ministro da Justiça baixou um “aviso de 16 de dezembro de 1902 para proceder inquérito sobre as condições e a atuação da assistência aos alienados no H.N.A. e nas colônias”.

Os resultados deste processo e da Comissão de Inquérito levaram a nomeação de Juliano Moreira para diretor do H.N.A. Mesmo com todas as mudanças na administração de Juliano Moreira ao longo dos quase trinta anos, administração cujo significado ficou marcado na memória da psiquiatria brasileira com uma tonalidade extremamente positiva e progressista (UCHOA, 1982; LEME LOPES, 1964; PACHECO E SILVA, 1940), o H.N.A. e o seu diretor não deixaram de serem alvos de ataque da imprensa.

Percebemos situação dessa natureza em texto de Moreira do início da década de 1910 (MOREIRA, 1912). Este texto é em grande parte uma resposta à imprensa por esta ter o “costume” de ouvir os testemunhos e as críticas ao Hospício feitas por pacientes “alienados”. Para Juliano, a imprensa se apropria de “falsos testemunhos de alienados” para detratar o H.N.A e o seu pessoal. Afirmava: “diários pouco escrupulosos procurando aumentar sua tiragem desdobram em escândalo coisas desassisadamente

vistas ou contada com mendancia doentia” (idem: 322). Contra aqueles que vão contra o H.N.A Moreira usa a sua melhor arma, a patologização:

“Por ocasião de uma recente campanha de escândalos de uma folha desta cidade contra o H.N.A, tive ensejo de ver formar-se uma cadeia de desequilibrados mitômanos em redor de um pseudologista fantástico, dando a bela observação de um grupo de mentirosos mórbidos por dedução” (idem: 337).

Para ele, os periodistas deveriam pesquisar e se informar melhor antes de acatar denúncias de alienados contra a instituição e seu corpo administrativo. Além disso, o médico não se furta de comentar que a influência da imprensa é no mais das vezes deletéria, sugestionando degenerados com a exposição excessiva, em detalhes, de dramas de sangue diários. Daí podemos perceber o quanto, nesse período, emergiam críticas e escândalos envolvendo a instituição e sua administração.

Um ano antes, o Juliana Moreira em relatório ao Ministro da Justiça, ao abordar as polêmicas envolvendo os defensores e representantes da psiquiatria e a imprensa no ano de 1911, chega a afirmar que não foi “nenhuma descoberta [da imprensa] a aglomeração de doentes em uma das seções do HNA” (*RELATÓRIO DA ASSISTÊNCIA A ALIENADOS*, 1911-1912, p.123), contestando a posição investigativa desta.

No contexto de crise do Hospício que antecedeu a criação do Manicômio Judiciário, a administração de Juliana Moreira também foi criticada. Para o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, a administração de Moreira era culpada pela superlotação, a falta de guardas e enfermeiros, as péssimas condições de vida na instituição e ausência de tratamentos; fatos que geravam a revolta de pacientes, sobretudo da Seção Lombroso (Carrara, 1998:122-123). Destes exemplos, podemos perceber o quão, durante a década de 1910, emergiram críticas e escândalos envolvendo a instituição e sua administração.

Imprensa e psiquiatria no caso Carletto (1907-1921).

Em outubro de 1906 ocorreu um crime na cidade do Rio de Janeiro que ganhou grande repercussão dos jornais, na literatura e no cinema. Foi o famoso “Crime da Rua da Carioca”, no qual foram brutalmente assassinados Paulino e Carluccio, jovens imigrantes italianos que trabalhavam na joalheria Jacob Fuoco, no centro da cidade. A joalheria foi assaltada por uma perspicaz quadrilha. Pelo que ficou consagrado na memória, o crime foi perpetrado pelos também imigrantes italianos Rocca e Carletto.

Carletto, provável arquiteto e executor do crime, era um italiano que morava há alguns anos no Brasil e já havia sido preso anteriormente. Ele empreendeu uma fuga cinematográfica da polícia, ganhando grande notoriedade. Passa, então, a ser o principal alvo de atenções; tanto que ficou consagrado como o maior criminoso na Primeira República (FREIRE, 1990)

A imprensa se ocupou do crime e da figura de Carletto por vários meses. No dia do seu julgamento, Carletto passou a demonstrar certo “desequilíbrio das faculdades mentais”, sendo encaminhado pelo Juiz a um exame de sanidade mental a ser feito pelos médicos legistas da polícia do Distrito Federal, Diógenes Sampaio e Miguel Salles. O parecer sobre o estado mental de Carletto foi publicado no periódico da Polícia, o *Boletim Policial* e no periódico da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal.

Depois de um minucioso exame, recorrendo a vários instrumentos da psiquiatria e da antropologia criminal coeva, os médicos legistas chegaram a uma conclusão categórica: Carletto vivia uma “simulação inconsistente de uma loucura mal inventada” (*Parecer-Carletto, 1907: 23*). Para os médicos, Carletto não era nem um pouco alienado, ou um “louco moral” ou “degenerado”; era, acima de tudo, um criminoso. Por tudo isso, concluíam os médicos: “toda loucura de Carletto reduz-se a processo mal pensado de fugir a responsabilidade criminal” (*idem: 25*). O caso Carletto transforma-se num modelo de simulação de loucura para os psiquiatras ao longo das décadas seguintes (Peixoto, 1916), e, para isso, as representações sobre Carletto veiculadas pela imprensa foram fundamentais.

Como é sabido, desde a segunda metade do século XIX os crimes que envolvem assassinatos começam a ganhar muito espaço a imprensa diária da cidade (Porto, 2009; El Far, 2004). Segundo o discurso da própria imprensa, os crimes teriam boa recepção, sendo elementos de popularidade para os jornais. O predomínio dessas notícias pode ser explicado, segundo Barbosa (2007), na medida em que elas mesclam o irreal e o real, pondo em evidência valores e “sensações de uma memória coletiva” (*idem, p.56*). Em tal contexto cultural, “existe uma espécie de fluxo do sensacional que permanece interpelando o popular a partir da narrativa que mescla ficcional com a suposição do real presumido” (*idem, p.53*). Outros autores importantes também possuem interpretações próximas (Sozzo, 2007; Caimari, 2004). Segundo Porto (2003), as

notícias de crimes nesse período expressariam, entre outras coisas, uma sociedade idealizada, calcada nos valores dos jornalistas, oposta ao barbarismo anti-social dos criminosos.

Os jornais ajudaram a edificar duas imagens de Carletto: “monstro” e simulador de doenças mentais. “Criminoso frio”, não “louco irresponsável”. Essa era a avaliação dos periódicos. Na ocasião do julgamento de Carletto, na ótica dos jornalistas da *Gazeta*, este teria feito um “grande espetáculo” se “fingindo” de louco na frente do juiz, dos jurados e do público (*GN*, 28/11/1907, p.1). De forma semelhante, o *Jornal do Comércio* acusaria Carletto de “simulação de loucura” no tribunal.

Pouco depois do exame de Carletto, a *Gazeta*, se pronunciou, recapitulando os fatos, sob a manchete “A loucura de Carletto não pegou” (*GN*, 10/01/1908, p.3). Dois dias depois, comentar-se-ia, neste mesmo periódico, sobre o laudo de Carletto. Segundo os jornalistas, no laudo os médicos demonstravam do que “é capaz conhecido criminoso”, com “revelações muito interessantes feitas pelo bandido”, que pedia aos médicos que o rotulassem de louco.

Além disso, Carletto seria um monstro, um “criminoso nato”, aquele que traz em si as marcas do atavismo e reminiscências de primitivismo e animalidade (Ferla, 2009; Carrara, 1998; Darmon, 1991; Marin, 2003). A *Gazeta*, além de afirmar que ele era o protótipo do “criminoso nato”, traçou uma biografia de seus crimes (*GN*, 29/10/1906, p.2). O *Jornal do Comércio* salientou que Carletto era uma “verdadeira fera, sem consciência, encarniçado, sem amor, talvez mesmo sem ódios” (*J.C.*, 30/10/1906). No segundo dia de interrogatórios e acareações, o periodista do *Jornal do Comércio*, tendo ficado próximo de Carletto, assim o descreveu: “era de um aspecto revoltante. Ninguém fixava, a ninguém falava. Inspirava asco, despertava ódios, arrancava surdas exclamações de indignação” (idem).

Entretanto, o jornalista do *Correio* que acompanhou os interrogatórios de Carletto discordava da visão do italiano como “criminoso nato”, mostrando-se mais interessado com as nuances da teoria lombrosiana. Para ele, a sua fisionomia chamava atenção exatamente porque, embora bruta, de forma alguma se encaixava no tipo lombrosiano. Atenta para o tamanho do nariz, que em Carletto não é grande, para o

formato das orelhas e dos cabelos, estando o italiano, na ótica do periodista, “longe de apresentar um tipo lombrosiano” (*CM*, 31/10/1906, p.2).

Porém, certa ambigüidade com relação a imagem de Carletto tecida pela imprensa transpareceria sutilmente. Embora ladrão sanguinário, era “inteligente e corajoso” (*CM*, 23/10/1906, p.3). Cruel, sem sentimentos; contudo, “muitíssimo inteligente”, “hábil”, falante de francês, espanhol e inglês (*CM*, 26/10/1906, p.1). Uma “fera humana”, uma “lenda pávida”, um “famigerado”, mas “esperto”, que “dobrou a polícia por dias” (*CM*, 29/10/1906, p.1). Muitos adjetivos disparatados o caracterizariam: “risonho”, “taciturno”, “cínico”, “melodramático”, “facínora”, “audacioso”, “atrevido” (*CM*, 30/10/1906, p.2).

Mas a sua imagem animalizada, de “criminoso nato”, era forte. Seguindo as análises de Caimari (2004), é possível pensar que as representações dos criminosos na imprensa refletiam certa absorção de chaves médicas de interpretação: espelhavam um “essencialismo biológico” imbricado a um “essencialismo moral”. A animalização aparece lado a lado com uma mostrualização moral. Por outro lado, embora os discursos médicos e da imprensa tenham “gramáticas” diferentes, há entre eles pontos de cruzamento e troca (Sozzo, 2007). Nesse percurso, as categorias criminológicas e/ou psicopatológicas podem ter melhor receptividade em outras esferas sociais do que nos meios científicos, constituindo um “senso comum criminológico ou psicopatológico” (Caimari, 2004: 194). Vemos no contexto do caso Carletto, a imprensa baseadas em princípios lombrosianos, ora aceitando-os, ora questionando-os. Vale lembrar o grande “potencial comunicativo” e a enorme “plasticidade” do que se chama de “lombrosianismo”.

Até que ponto os médicos-legistas que examinaram Carletto levaram em conta a opinião pública e os discursos veiculados pela imprensa no seu parecer? Ao que tudo indica, essa penetração se deu em boa medida, e a cumplicidade foi evidente. Os médicos conheciam tudo sobre o caso, fato que era motivo de discordância entre médicos de renome na época. Franco da Rocha, por um lado, achava que os médicos incumbidos de exame médico legal deveriam perscrutar só a existência de doença mental ou não no criminoso (Antunes, 1999), nada devendo saber do crime; Afrânio Peixoto e Henrique Roxo (1921, p.750), por outro, entendia que os médicos deveriam

conhecer todos os detalhes do crime, sobretudo seus possíveis motivos, já que estes em muito poderia revelar o criminoso (Peixoto, 1916).

Provavelmente havia de saída uma séria desconfiança por parte dos médicos, alimentada pela imprensa, de ser Carletto um grande simulador, um indivíduo eminentemente mau, guiado por anseios escusos. Os médicos, como a maioria da população, eram conhecedores do crime e do processo pelo qual o suspeito passava. Provavelmente ficaram temerosos, indignados e curiosos. Além disso, é muito difícil que não estivessem influenciados pela imagem veiculada de Carletto, tanto na imprensa como em outros meios, como o cinema e a literatura.

A perícia psiquiátrica confirmou as expectativas da imprensa, exceto o estereótipo de “criminoso nato”. As informações e imagens veiculadas pela imprensa coincidem com as conclusões dos médicos. A *Gazeta* muitos meses antes, por exemplo, afirmava que Carletto, ao longo de sua vida, por muitas vezes usou do expediente de se fingir de doente para sair de cadeias para hospícios ou hospitais, de onde conseguia fugir (*GN*, 19/04/1907, p.2). Este fato foi relatado de forma idêntica pelos médicos. Por caminhos diferentes, os discursos da imprensa e da medicina chegaram às mesmas conclusões acerca de quem era Carletto: frio, calculista, mal e simulador; nunca um doente mental irresponsável. Como afirmam muitos estudiosos, a imprensa sempre teve importância na definição do destino de muitos assassinos (Darmon, 1991; Harris, 1993; Carrara, 1998; Engel, 2001a).

Por seu turno, a psiquiatria e a medicina legal buscavam respaldo para o papel do perito (Lima, 1904; Peixoto, 1914). Nesse sentido, vale chamar atenção para as reflexões de Latour (2000). Na sua visão, para uma “ciência em construção” é fundamental ter aliados e conformar aquilo que pode se chamar de “rede de interesses”, para se legitimar socialmente. Assim, os efeitos publicitários, e o estabelecimento de aliados era importante. Ao construírem a “não loucura”, ou a “simulação de loucura” de Carletto, estes médicos, além de acreditarem estar de acordo com os princípios e técnicas de sua ciência a serviço da justiça, em um crime tão bárbaro, exprimiam seu interesse no que tange a um maior reconhecimento e legitimação do seu saber/especialidade: seja a medicina legal, na sua vertente da psicopatologia forense; seja a própria psiquiatria. O certo é que os lugares de enunciação da imprensa, dos

médicos e da justiça sem dúvida venceram a batalha. Seus discursos geraram um efeito de verdade arrasador acerca de quem era Carletto.

Outros Casos

Nos anos de 1917 e 1919 aconteceram crimes interessantes para pensarmos a relação da psiquiatria com a imprensa da cidade. Não da mesma magnitude e natureza do caso Carletto, os casos de Alfredo e Edson realçam outros aspectos desta complexa relação.

Em 1917 Alfredo, trabalhador humilde de menos de trinta anos de idade, matou o companheiro de quarto com uma pá. A imprensa cobriu o crime com grande ardor. Destacamos aqui dos jornais *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*. Os dois jornais narraram os acontecimentos, do momento do crime e depois dele, em tom folhetinesco. Logo de saída os jornais afirmaram o provável estado de “demência” de Alfredo, reproduzindo em suas páginas a fala do próprio acusado, respaldando a atuação dos médicos legistas da polícia e depois dos médicos do Pavilhão de Observações, para onde Alfredo foi enviado poucos dias depois do crime.

Alfredo, para os jornalistas de *Gazeta de Notícias*, era um doente, sendo sintoma disso o fato de “falar de quando em quando” em “feitiçarias” e “espiritismo”. Os periodistas do *Correio da Manhã* disseram que ele “ouviu a voz de um espírito que o aconselhou a matar”. Aqui, o discurso da imprensa associava plenamente a loucura com a “religião espírita” (*Correio da Manhã*, 21/07/1917), fonte da qual Alfredo tirava suas formas de ver o que passavam consigo. A imprensa, assim como os psiquiatras que depois examinaram Alfredo no P.O e na Seção Lombroso do HNA, condenava estas crenças religiosas e forma de ver o padecimento mental. A *Gazeta* chegou a afirmar que “o espírito mal tornou-o um assassino”; mas a culpa disso era do “delinqüente”, que “se entregava à práticas espíritas. Mais uma vez, fica evidente a forte consonância entre a ótica do jornal e a visão médica.

Menos de dois anos depois do crime de Alfredo, em meio ao carnaval de 1919 e epidemia de gripe espanhola que assolava a cidade, um crime de forte contornos passionais ocupou as páginas dos jornais. Edson, trabalhador humilde de mais ou menos 25 anos, esfaqueou impiedosamente a esposa em casa, na frente de seus dois filhos. Edson, alguns meses antes, havia sido mandado por sua mulher ao Pavilhão de

Observações do Hospício Nacional, pois, desde que tinha sofrido de gripe espanhola, não havia retomando “sua razão”.

Na ótica da imprensa, mais especificamente dos jornais *Gazeta de Notícias* e do jornal *A Noite*, Edson possuía um ciúme patológico da mulher, desconfiando descabidamente de sua fidelidade. Os jornais narraram toda sua vida e todos os problemas de seu relacionamento.

Assim como no caso de Alfredo, a *Gazeta* afirma descrever o depoimento do acusado, colocando partes do texto jornalístico entre aspas e em primeira pessoa, tentando reproduzir a fala e as palavras utilizadas por Edson na delegacia. Sabemos, todavia, que esta reprodução provavelmente não traduz exatamente a fala de Edson, sendo sim uma versão, seletiva e parcial, o que não quer dizer que a o texto do jornal seja inverossímil. Entretanto, o que vemos na *Gazeta* é uma imagem mais humanizada de Edson, que expõem todos os seus sofrimentos. Mesmo vendo em Edson certo desequilíbrio, o jornal não menospreza a versão do acusado de que sua mulher realmente o traía. Já o jornal “*A Noite*” traça Edson como um monstro. Era um casal feliz até que Edson começou a vender as jóias da mulher e a ser “brutal e feroz”. Tentava estrangulá-la, pegando em faca algumas vezes. Era uma “fera humana” enciumada.

Edson foi liberado uma semana depois de ingressar no Pavilhão, matando a mulher poucos dias depois. O exame do P.O consta que era um indivíduo de humor tranqüilo, que “responde com precisão e coerência as perguntas que lhe são feitas”.⁴. Recebe, então, dois diagnósticos que se casam para a psiquiatria da época, *psicose periódica* e *alcoolismo*. É, por uma semana, “tratado com purgativos, calmantes e balneoterapia”, dado como curado, ganhando alta.

Com isso, um enorme problema caiu sobre os ombros dos psiquiatras, julgados pela imprensa como responsáveis pelo crime, como fez o jornal “*A Noite*”, enfatizando a irresponsabilidade médica no caso. Este jornal atacou sem piedade os psiquiatras do Pavilhão, sobretudo seu chefe Henrique Roxo, vistos como muito mal preparados para avaliar a morbidez mental e periculosidade dos indivíduos que por lá passam.

⁴ Todas as citações deste parágrafo são extraídas da ficha de observação de Edson do Pavilhão de Observações. *Livro de Observações Clínicas do Pavilhão de Observação do Hospício Nacional de Alienados, nº 189, Observação nº 103, ano de 1917*, acervo do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB).

Entretanto, mesmo acompanhando o desenrolar do caso, não pudemos identificar maiores desdobramentos desta questão. Menos ainda identificamos respostas dos médicos do Pavilhão à imprensa.

No caso Edson, como no caso Alfredo, a imprensa sugere o quão perniciosa é a visão religiosa para a boa ordem da sociedade, ajudando a produzir crimes e loucura (*Correio da Manhã*, 10/02/1919). A crença em “moambas” e em “feitiçarias” deveria ser combatida por todos da “boa sociedade”, médicos e jornalistas.

Por fim, um último aspecto. Todos os jornais consultados não questionaram o destino dado a estes atores. Ambos foram mandados para a Seção Lombroso do Hospício Nacional, aquela destinada a loucos criminosos, ou criminosos que enlouqueceram na prisão, e depois para o Manicômio Judiciário. A imprensa, pelo menos nestes dois casos, pareciam manter o consenso de que estas instituições eram as mais adequadas, o que, entretanto, não era uma regra, dependendo das especificidades de cada caso.

Considerações Finais

Interessante notar o quanto, nos primeiros anos do século XX, parte de imprensa apoiava a causa da psiquiatria encarnada na figura e idéias de Teixeira Brandão, criticando e denunciando os problemas na administração dos médicos generalistas, se posicionando contra a instituição. Sem dúvida, o engajamento da imprensa ajudou na aprovação de lei de 1903 e na nomeação de Juliano Moreira. Entretanto, nos anos seguintes, a mesma imprensa passa a criticar a direção de Moreira em certos aspectos. No geral, o que se desenha é uma relação tensa, de idas e vindas, que varia também de jornal para jornal.

Cabe mencionar, ainda, que muitos psiquiatras, por seu turno, não viam com bons olhos a imprensa sensacionalista. Para muitos, ela acabava por alimentar o crime em “espíritos degenerados”, com tendências criminosas “semi-adormecidas nas dobras de suas circunvoluções cerebrais” (Do O’, 1924: 5). Com o aumento significativo do noticiário policial, sobretudo nas décadas de 1910 e 1920, as “notas sensacionalistas e horrores cotidianos” ganharam popularidade (Barbosa, 2007: 49-51). Para muitos médicos e juristas, ao publicar longas e detalhadas narrativas de crimes, a imprensa contribuiria para enraizar a violência entre as camadas pobres, exacerbando paixões de

um povo degenerado que “não raciocinava”, ameaçando a civilidade e a moralidade coletiva (Caulfield, 2000).

No caso Carletto, o que fica evidente é uma aliança imprensa – médicos: ambos unidos na comprovação da simulação e da posterior condenação do italiano. Já os outros dois casos seguintes matizam um pouco essa relação, expondo outras dimensões. O certo é que quando os jornalistas acreditavam que os indivíduos que cometera crimes eram loucos, eles se colocavam estabelecendo suas próprias concepções e até diagnósticos. Para parte da imprensa, a idéia de que os indivíduos “loucos-criminosos” deveriam ter outro destino que não a cadeia parecia estar consolidada. Mas isso dependia de alguns fatores, como a natureza do crime e o estado mental evidente do indivíduo. Por outro lado, percebe-se claramente o quando o discurso da imprensa da e medicina mental convergiam na condenação patologização de práticas culturais e religiosas das camadas populares.

Fontes e Bibliografia

1) FONTES

Parecer sobre o caso Carletto.

Parecer sobre o estado mental de Justino Carlos, o Carleto. *Boletim Policial. Seção do Serviço Médico-Legal da Polícia*. Fevereiro de 1908, n° 9, pp. 4-20.

Livros de Observações Clínicas.

Livro de Observações Clínicas do Pavilhão de Observação do Hospício Nacional de Alienados, n° 189, Observação n° 103, ano de 1917, acervo do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB).

Relatórios da Assistência a Alienados.

Relatórios da Assistência a Alienados constantes nos Relatórios anuais apresentados pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores ao Presidente (e Vice-Presidente) da República (1894-1901 e 1902-1923). Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Consultados em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

Jornais

- *Jornal “O Paiz”*, 28/02/1902. Periódico Microfilmado - Setor de Publicações Periódicas da Biblioteca Nacional.

- *Jornal do Comércio*, 02/02/1902, 13/02/1902, 17/02/1902. Outubro e novembro de 1906; abril, novembro e dezembro de 1907; janeiro e fevereiro de 1908. Periódico Microfilmado - Setor de Publicações Periódicas da Biblioteca Nacional;

- *Jornal Gazeta de Notícias*, 04/01/1902, 25/01/1902, 26/01/1902, 13/02/1902, 14/02/1902, 10.02.1919, 20.07.1917; 21/07/1917. Outubro e novembro de 1906; abril, novembro e dezembro de 1907; janeiro e fevereiro de 1908; outubro de 1910. Periódico Microfilmado - Setor de Publicações Periódicas da Biblioteca Nacional;

- *Correio da Manhã*, 20.07.1917; 21/07/1917, 10/02/1919, 13/01/1921, 16/09/1921. Outubro e novembro de 1906; abril, novembro e dezembro de 1907; janeiro e fevereiro de 1908. Periódico Microfilmado - Setor de Publicações Periódicas da Biblioteca Nacional;

- *A Noite*, 09.02.1919. Periódico Microfilmado - Setor de Publicações Periódicas da Biblioteca Nacional

2) BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral – pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: UNESP, 1999.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAIMARI, L. *Apenas un Delincuente. Crimen, castigo y cultura em la Argentina, 1880-1955*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2004.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra. Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2000

CAMPOS, R. (2003), Criminalidad y locura en la Restauración. El proceso del cura Galeote (1886-1888), Madri, *Frenia*, III, 2, pp. 111-146.

CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do Manicômio Judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro; Ed UERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.

CHALHOUB, S. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque*, 2º ed – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARMON, Pierre. *Médicos e Assassinos na Belle Époque. A medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

DIÉGUEZ, Antonio. Psiquiatrización Del Crimen: argumentos nosológicos y conceptuales sobre la irresponsabilidade em La obra de J. Giné. *Frenia*, Vol. IV-2-2004, pp. 93-108.

DO O', J.G. *Dos perseguidos perseguidores: considerações clínicas e médico-legais*. Rio de Janeiro. Tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Typ. Do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C, 1924.

EL FAR, A. *Páginas de Sensação. Literatura Popular e Pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

- ENGEL, M.G. *Os Delírios da Razão. Médicos, Loucos e Hospícios (Rio de Janeiro 1830-1930)*. Coleção Loucura e Civilização Editora FIOCRUZ, 2001.
- FERLA, Luiz. *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. São Paulo: Alameda, 2009.
- FREIRE, G. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Record. 1990.
- HARRIS, R. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim de siècle*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- LATOURET, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- LEME LOPES, José. Juliano Moreira. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, ano 13, n.1, p. 3-19, 1964.
- LIMA, A.J.S. *Tratado de Medicina Legal*. Rio de Janeiro. Typografia hildebrant, 1904 (2v).
- MARIN, R.C. Criminalidad y Loucura En la Restauración. El Proceso del Cura Galeote (1886-1888). *Madri. Frenia*, Vol.III-2-2003, pp.111-146.
- MOREIRA, J. Falsos testemunhos por desvios mentais. *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*. Ano VIII, nº 1 e 2, Rio de Janeiro, p.p.315-350, 1912.
- PEIXOTO, A. *Psico-Patologia Forense*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.
- _____. *Elementos de Medicina Legal*. Rio de Janeiro. Francisco Alves e Cia, 1914.
- PORTO, A.G. *Sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura. Campinas, UNICAMP, 2003.
- _____. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura. Campinas, UNICAMP, 2009.
- ROXO, H. *Manual de Psiquiatria*. 1a Ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1921.
- SODRÉ, N.W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOZZO, M. Retratando al “Homo Criminalis”. Esencialismo y Diferencia en las Representaciones “Profanas” del Delicente en la Revista Criminal (Buenos Aires, 1873). In CAIMARI, L. (Comp.). *La ley de los profanos. Delito, justicia y cultura en Bueno Aires (1870-1940)*. Bs As, Fondo de Cultura Econômica y Universidad de San Andrés, 2007, pp.23-65.
- UCHÔA, D. de M. *Organização da Psiquiatria no Brasil*. São Paulo: Sarvier, 1981
- WADI, Y.M. *A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura*. Uberlândia: EDUFU, 2009.